

estudos e pesquisas

Nº 61 – junho de 2012

Balço dos Pisos Salariais negociados em 2011

DIÉESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Balanço dos pisos salariais negociados em 2011

Dando prosseguimento à série de estudos sobre os pisos salariais, iniciada em 2006, com a análise das negociações de 2004 e 2005, o DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, por meio do Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS-DIEESE), apresenta o Balanço dos Pisos Salariais de 2011.

Neste estudo, foram analisados os pisos salariais de 671 unidades de negociação de todo o Brasil nos setores da Indústria, do Comércio, dos Serviços e Rural, com destaque para os reajustes aplicados ao piso salarial e os valores definidos em cada categoria.

Em 2011, 92% dos pisos considerados tiveram aumentos reais nas negociações de datas-base, conforme comparação com o INPC-IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O aumento real médio foi de aproximadamente 3% acima desse índice. Quanto aos valores apurados, cerca de 50% dos pisos tinham valor de até R\$ 660,00; e pouco mais de 75%, até R\$ 765,00.

Critérios de diferenciação dos pisos salariais

Os pisos salariais podem ser fixados em valor único para uma empresa ou categoria profissional ou em valores diferenciados segundo critérios estabelecidos em negociação coletiva. A maior parte das unidades de negociação analisadas em 2011 define mais de um piso salarial em seus contratos coletivos (72%)¹. A prevalência de acordos e convenções com pisos salariais diferenciados sobre os que definem piso único é um fato observado em todos os balanços dos pisos salariais publicados pelo DIEESE, desde 2004.

Em relação a 2010, houve poucas mudanças na distribuição dos pisos salariais segundo critério de diferenciação. Isso se deve, principalmente, à manutenção dos critérios de diferenciação adotados pelas categorias analisadas: apenas 10% das unidades de negociação analisadas (65 u.n.) modificaram a forma como são definidos os pisos salariais em seus acordos e convenções coletivas². A mudança mais frequente foi a adoção do critério de vigência, em que as partes em negociação acordam dois ou mais valores para um mesmo piso salarial: um com vigência a partir da assinatura do acordo ou convenção coletiva, outro(s) mais à frente, durante a vigência do mesmo contrato coletivo. Em 2011, 22 unidades de negociação passaram a adotar essa forma de definição dos pisos salariais³.

¹ Na presente análise, no caso das unidades de negociação com mais de um piso salarial, será considerado somente piso salarial de menor valor definido para a atividade-fim (ver Nota Metodológica nº 5 ao final do Balanço).

² A magnitude dessa mudança não pode ser observada na Tabela 1, uma vez que a alteração de um critério de diferenciação do piso em uma unidade de negociação (por exemplo, a substituição do critério “A” por “B”) poder ser compensada pela alteração em sentido contrário em outra unidade de negociação (a substituição do critério “B” por “A”).

³ Contudo, 11 u.n. que a adotavam em 2010 deixaram de fazê-lo em 2011.

TABELA 1
Distribuição das unidades de negociação por existência ou não de critérios de
diferenciação dos pisos salariais e tipos de critérios
Brasil - 2010-2011

Critérios	2010		2011	
	nº	%	nº	%
Piso único	199	29,7	191	28,5
Pisos diferenciados⁽¹⁾	472	70,3	480	71,5
por função	318	47,4	318	47,4
por tempo de serviço	128	19,1	120	17,9
por dimensão da empresa	73	10,9	74	11,0
por vigência	28	4,2	39	5,8
por localidade da empresa	25	3,7	25	3,7
por duração da jornada	19	2,8	18	2,7
outros critérios	23	3,4	21	3,1
Total	671	100,0	671	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) A soma do número de unidades de negociação por critério de diferenciação pode ultrapassar o total de unidades de negociação com pisos diferenciados porque um piso salarial pode ser definido por mais de um critério

Reajustes dos pisos salariais em 2011

Cerca de 92% das 671 unidades de negociação analisadas reajustaram os pisos em percentuais acima da inflação medida pelo INPC-IBGE, acumulada desde a última data-base. A maior parte – 52% dos pisos salariais analisados – obteve ganhos reais de até 3%. O percentual de negociações com ganhos reais superiores a 6% também foi relevante (quase 13% do painel). Por outro lado, quase 7% das unidades de negociação consideradas reajustaram os pisos abaixo da variação do índice do INPC-IBGE – a maior parte com perdas de até 1% abaixo da variação do índice.

Em relação aos resultados divulgados no balanço anterior⁴, quando foram analisados os pisos salariais de 660 unidades de negociação, nota-se que houve um aumento da ordem de 3 p.p. (ponto percentual) no total de negociações com pisos reajustados abaixo da variação do INPC-IBGE, e uma queda aproximada de 2 p.p. nos pisos com aumento real e de 1 p.p. naqueles com reajustes iguais ao índice.

Se forem considerados exclusivamente os reajustes dos pisos salariais das unidades de negociação comuns aos dois estudos – 637 unidades de negociação estão presentes em ambos os painéis –, o resultado seria muito parecido: em 2010, 95% dos pisos tiveram aumentos reais, 1% teve reajuste igual à variação do INPC-IBGE e 4% ficaram abaixo desse índice; em 2011, 92% superaram o índice, 1% ficou igual, e 7% foram menores.

Ou seja, em ambas as comparações, constata-se que o percentual de reajustes com aumentos reais dos pisos em 2011 foi levemente inferior ao observado em 2010.

⁴ DIEESE. Balanço dos pisos salariais negociados em 2010. São Paulo - SP: DIEESE, jun. 2011. 19p. (Estudos e Pesquisas, 57). Disponível em: <http://www.dieese.org.br/esp/estPesq57pisos2010.pdf>.

TABELA 2
Distribuição dos reajustes dos pisos salariais,
em comparação com o INPC-IBGE
Brasil - 2011

Variação	nº	%
Acima do INPC-IBGE	617	92,0
Mais de 6% acima	85	12,7
De 5,01% a 6% acima	42	6,3
De 4,01% a 5% acima	49	7,3
De 3,01% a 4% acima	93	13,8
De 2,01% a 3% acima	108	16,1
De 1,01% a 2% acima	121	18,0
De 0,01% a 1% acima	119	17,7
Igual ao INPC-IBGE	8	1,2
De 0,01% a 1% abaixo	31	4,6
De 1,01% a 2% abaixo	5	0,7
De 2,01% a 3% abaixo	4	0,6
De 3,01% a 4% abaixo	3	0,4
De 4,01% a 5% abaixo	1	0,1
De 5,01% a 6% abaixo	1	0,1
Mais de 6% abaixo	1	0,1
Abaixo do INPC-IBGE	46	6,9
Total	671	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

A Tabela 3 apresenta a distribuição dos aumentos reais dos pisos por quartis. No painel analisado, um quarto dos pisos obteve aumentos reais de até 1%, metade de até 2% e três quartos de até 4%. O maior aumento real foi de 25%. O menor, uma perda de quase 7%, relativamente à variação do INPC-IBGE.

O aumento real médio dos pisos salariais das 671 unidades de negociação consideradas foi de aproximadamente 3% acima do INPC-IBGE. Em 2010, considerando as 660 unidades de negociação analisadas no balanço dos pisos salariais daquele ano, o aumento real médio foi de quase 5%⁵.

⁵ Se forem consideradas apenas as 637 unidades de negociação comuns aos dois balanços, os aumentos reais médios seriam praticamente idênticos.

TABELA 3
Estatísticas sobre os aumentos
reais dos pisos salariais
Brasil - 2011

(em %)

Aumento Real	Total
Maior	25,0
3º Quartil	4,1
Mediana	2,3
1º Quartil	1,0
Menor	-6,8
Médio	3,1

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: a) Valores negativos equivalem a perdas reais

Na comparação entre os setores econômicos, o Comércio é o que apresenta o maior percentual de pisos com aumentos reais, situação observada em 95% das unidades de negociação analisadas. O setor industrial apresenta um percentual próximo: 94%. Conseqüentemente, ambos os setores apresentam os menores percentuais de unidades de negociação com reajustes no piso abaixo da variação do INPC-IBGE – em torno de 5%, cada.

No setor rural e nos Serviços, a proporção de negociações com aumentos reais nos pisos é menor: 89% e 87%, respectivamente. Chama a atenção o elevado percentual de unidades de negociação com pisos reajustados abaixo da inflação nos Serviços – cerca de 11% do total do setor. Contudo, a maior parte se concentra na faixa de perda de até 1% abaixo da variação do INPC-IBGE.

TABELA 4
Distribuição dos reajustes dos pisos salariais, em comparação com o INPC-IBGE, por setor econômico Brasil, 2011

	(em %)			
Variação	Indústria	Comércio	Serviços	Rural
Acima do INPC-IBGE	94,1	94,8	86,8	88,5
Mais de 6% acima	13,0	6,9	16,3	7,7
De 5,01% a 6% acima	7,4	8,6	3,7	-
De 4,01% a 5% acima	10,6	3,4	4,2	3,8
De 3,01% a 4% acima	14,7	12,9	10,0	34,6
De 2,01% a 3% acima	17,7	21,6	10,5	11,5
De 1,01% a 2% acima	18,6	19,8	17,9	3,8
De 0,01% a 1% acima	12,1	21,6	24,2	26,9
Igual ao INPC-IBGE	0,9	-	2,1	3,8
De 0,01% a 1% abaixo	2,4	4,3	8,9	3,8
De 1,01% a 2% abaixo	0,6	-	1,6	-
De 2,01% a 3% abaixo	0,6	0,9	-	3,8
De 3,01% a 4% abaixo	0,6	-	0,5	-
De 4,01% a 5% abaixo	0,3	-	-	-
De 5,01% a 6% abaixo	0,3	-	-	-
Mais de 6% abaixo	0,3	-	-	-
Abaixo do INPC-IBGE	5,0	5,2	11,1	7,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: a) Para o cálculo dos reajustes dos pisos salariais, foram comparados os valores do menor piso definido para a atividade-fim em 2010 e 2011 em cada uma das 671 unidades de negociação analisadas

b) Foram considerados os pisos salariais de 339 unidades de negociação da indústria, 116 do comércio, 190 dos serviços e 26 do setor rural

O maior aumento real em um piso registrado no SAS-DIEESE em 2011 foi observado em uma negociação dos Serviços (25% acima, sempre na comparação com a variação do INPC-IBGE), seguido de perto por um de uma negociação da indústria (24% acima). A maior perda foi observada em uma negociação na Indústria (7% abaixo). Apesar desse caso, os aumentos reais na indústria foram, em geral, maiores do que os dos outros setores, o que pode ser constatado na comparação entre os valores localizados nos quartis e o valor médio do aumento real de cada setor.

TABELA 5
Estatísticas sobre os aumentos reais dos pisos salariais, por setor econômico
Brasil, 2011

	(em %)			
Aumento Real	Indústria	Comércio	Serviços	Rural
Maior	24,2	12,5	25,0	8,9
3º Quartil	4,4	3,5	3,9	3,6
Mediana	2,6	2,3	1,6	2,6
1º Quartil	1,4	0,7	0,5	0,7
Menor	-6,8	-2,9	-3,5	-2,3
Médio	3,3	2,7	2,9	2,5

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: a) Para o cálculo dos reajustes dos pisos salariais, foram comparados os valores do menor piso definido para a atividade-fim em 2010 e 2011 em cada uma das 671 unidades de negociação analisadas

b) Foram considerados os pisos salariais de 339 unidades de negociação da indústria, 116 do comércio, 190 dos serviços e 26 do setor rural

c) Valores negativos equivalem a perdas reais.

Valores dos pisos salariais em 2011

Em 2011, quase 30% dos 671 pisos salariais analisados pelo DIEESE apresentavam valor nominal de até R\$ 600,00; e quase a metade, de até R\$ 650,00. Valores superiores a R\$ 800,00 foram observados em menos de 20% dos pisos. Acima de R\$ 1.000,00, em apenas 5% dos pisos analisados.

TABELA 6
Distribuição dos pisos salariais, por faixas de valor em reais
Brasil, 2011

Valor do piso salarial	nº	%	% acum.
Até R\$ 550,00	49	7,3	7,3
De R\$ 550,01 até R\$ 600,00	143	21,3	28,6
De R\$ 600,01 até R\$ 650,00	133	19,8	48,4
De R\$ 650,01 até R\$ 700,00	102	15,2	63,6
De R\$ 700,01 até R\$ 750,00	64	9,5	73,2
De R\$ 750,01 até R\$ 800,00	43	6,4	79,6
De R\$ 800,01 até R\$ 850,00	25	3,7	83,3
De R\$ 850,01 até R\$ 900,00	22	3,3	86,6
De R\$ 900,01 até R\$ 950,00	19	2,8	89,4
De R\$ 950,01 até R\$ 1.000,00	19	2,8	92,3
De R\$ 1.000,01 até R\$ 1.100,00	15	2,2	94,5
De R\$ 1.100,01 até R\$ 1.200,00	7	1,0	95,5
Acima de R\$ 1.200,00	30	4,5	100,0
Total	671	100,0	-

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Em 2011, o menor piso salarial registrado no SAS-DIEESE era de R\$ 540,00 – valor equivalente a um Salário Mínimo nos meses de janeiro e fevereiro daquele ano. O maior piso salarial era de R\$ 4.359,00 – sete vezes maior que o valor mínimo.

Na distribuição por quartis, um quarto dos pisos tinha valor de até R\$ 598,00; metade, até R\$ 659,00; e três quartos, até R\$ 763,70. O valor médio do piso salarial em 2011 foi de R\$ 738,29.

TABELA 7
Estatísticas sobre os pisos salariais
Brasil, 2011

Aumento Real	Total
Maior⁽¹⁾	R\$ 4.359,00
3º Quartil	R\$ 763,70
Mediana	R\$ 659,00
1º Quartil	R\$ 598,00
Menor	R\$ 540,00
Médio	R\$ 738,29

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) Valor mais elevado do conjunto formado pelos pisos únicos e pelos menores pisos salariais acordados para a atividade-fim nos documentos com mais de um piso salarial

Na análise da distribuição dos pisos salariais por setor econômico, optou-se por apresentar os resultados de acordo com os valores localizados nos decis da amostra, de forma a possibilitar uma análise mais detalhada.

Em todos os setores, o menor piso localizado tinha valor equivalente ao do salário mínimo oficial (R\$ 540,00 nas negociações com data-base em janeiro e fevereiro de 2011; R\$ 545,00 nas negociações com data-base a partir de março).

O piso salarial de valor mais elevado foi observado no setor de Serviços, assim como o maior piso salarial médio. No entanto, os pisos salariais acordados na Indústria foram, em geral, mais elevados que os observados nos Serviços (assim como dos outros dois setores). Isto pode ser verificado comparando-se os valores localizados em cada decil da mostra nos setores considerados.

No Comércio, os pisos salariais registrados são, em geral, menores do que os dos Serviços, mas superiores aos observados no setor Rural, uma vez que este é o que paga os menores pisos salariais da amostra.

TABELA 8
Estatísticas sobre os pisos salariais, por setor econômico
Brasil, 2011

Piso salarial	Indústria	Comércio	Serviços	Rural
Maior⁽¹⁾	R\$ 1.710,00	R\$ 1.279,11	R\$ 4.359,00	R\$ 1.050,00
9º decil	R\$ 951,72	R\$ 773,30	R\$ 1.105,43	R\$ 663,73
8º decil	R\$ 850,99	R\$ 720,00	R\$ 812,17	R\$ 650,00
7º decil	R\$ 764,96	R\$ 675,75	R\$ 750,00	R\$ 625,27
6º decil	R\$ 701,96	R\$ 650,00	R\$ 713,10	R\$ 618,27
Mediano	R\$ 677,60	R\$ 615,83	R\$ 652,94	R\$ 615,00
4º decil	R\$ 650,00	R\$ 601,00	R\$ 623,19	R\$ 600,00
3º decil	R\$ 624,32	R\$ 580,00	R\$ 600,00	R\$ 592,31
2º decil	R\$ 600,00	R\$ 561,75	R\$ 578,09	R\$ 580,00
1º decil	R\$ 562,74	R\$ 545,00	R\$ 556,95	R\$ 560,00
Menor	R\$ 540,00	R\$ 545,00	R\$ 540,00	R\$ 545,00
Médio	R\$ 733,89	R\$ 663,30	R\$ 807,33	R\$ 625,87

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) Valor mais elevado do conjunto formado pelos pisos únicos e pelos menores pisos salariais acordados para a atividade-fim nos documentos com mais de um piso salarial

Na Tabela 9 são apresentados os valores do maior e menor piso salarial e do piso salarial mediano de algumas das atividades econômicas analisadas no estudo. Em geral, os menores pisos salariais foram definidos em valor igual ao do salário mínimo oficial – como verificado na Indústria e Comércio – ou muito próximo – como em muitos segmentos dos Serviços.

Os maiores pisos salariais registrados no SAS-DIEESE em 2011 pertencem a acordos do segmento das Comunicações, Publicidade e Jornalismo; Serviços de Saúde; Processamento de Dados, Metalurgia e Indústria Urbana – todos em valor acima de R\$ 1.500,00. Por conseguinte, como nesses segmentos também são verificados pisos salariais iguais ou próximos ao salário mínimo oficial, neles se observam as maiores diferenças entre maior e menor piso salarial – diferença entre duas a sete vezes o valor do menor piso.

Em seis atividades econômicas, a diferença entre o maior e menor piso salarial registrado não ultrapassa a 50%: na indústria, nos segmentos da Fiação e Tecelagem e do Vestuário; no Comércio, no segmento Varejista e Atacadista; e nos Serviços, entre os Agentes Autônomos do Comércio e no segmento da Difusão Cultural e do Turismo e Hospitalidade.

Quanto aos pisos salariais medianos – aqueles que separam os 50% mais baixos dos 50% mais elevados –, em geral são mais próximos do menor piso do que do maior – exceto nos Bancos e Seguros Privados; Papel, Papelão e Cortiça; e Agentes Autônomos do Comércio, o que revela que a concentração de pisos salariais de baixos valores é observada em quase todas as atividades econômicas analisadas.

TABELA 9
Maior e menor piso salarial e piso salarial mediano, por setor e atividade econômica
Brasil, 2011

Sector / Atividade Econômica	Maior ⁽¹⁾	Mediano	Menor	Maior / Menor	Nº de pisos
Indústria	R\$ 1.710,00	R\$ 677,60	R\$ 540,00	3,17	339
Alimentação	R\$ 1.080,00	R\$ 711,74	R\$ 545,00	1,98	54
Construção e Mobiliário	R\$ 1.180,00	R\$ 667,58	R\$ 540,00	2,19	79
Extrativista	R\$ 1.150,00	R\$ 682,00	R\$ 545,00	2,11	9
Gráfica	R\$ 994,08	R\$ 678,33	R\$ 545,00	1,82	14
Metalúrgica	R\$ 1.710,00	R\$ 723,23	R\$ 545,00	3,14	70
Papel, Papelão e Cortiça	R\$ 1.102,20	R\$ 794,00	R\$ 545,00	2,02	12
Química e Farmacêutica	R\$ 1.005,40	R\$ 704,98	R\$ 560,00	1,80	22
Fiação e Tecelagem	R\$ 840,00	R\$ 605,00	R\$ 545,00	1,54	19
Urbana	R\$ 1.604,38	R\$ 874,38	R\$ 545,00	2,94	18
Vestuário	R\$ 700,00	R\$ 578,00	R\$ 545,00	1,28	33
Comércio	R\$ 1.279,11	R\$ 615,83	R\$ 545,00	2,35	116
Varejista e Atacadista	R\$ 799,00	R\$ 612,00	R\$ 545,00	1,47	93
Minérios e Deriv. de Petróleo	R\$ 1.279,11	R\$ 623,85	R\$ 545,00	2,35	19
Serviços	R\$ 4.359,00	R\$ 652,94	R\$ 540,00	8,07	190
Agentes Autônomos do Comércio	R\$ 790,00	R\$ 678,50	R\$ 585,00	1,35	8
Bancos e Seguros Privados	R\$ 1.277,00	R\$ 990,00	R\$ 600,00	2,13	9
Comunicações, Publ. e Jornal.	R\$ 4.359,00	R\$ 731,50	R\$ 540,00	8,07	32
Difusão Cultural	R\$ 735,00	R\$ 579,80	R\$ 560,00	1,31	6
Educação	R\$ 881,78	R\$ 618,97	R\$ 567,00	1,56	12
Processamento de Dados	R\$ 1.720,32	R\$ 785,28	R\$ 577,80	2,98	7
Segurança e Vigilância	R\$ 1.070,39	R\$ 670,44	R\$ 547,98	1,95	14
Serviços de Saúde	R\$ 2.880,00	R\$ 639,66	R\$ 550,00	5,24	18
Transportes	R\$ 1.454,46	R\$ 760,83	R\$ 551,00	2,64	32
Turismo e Hospitalidade	R\$ 804,75	R\$ 601,66	R\$ 548,00	1,47	51
Total	R\$ 4.359,00	R\$ 659,00	R\$ 540,00	8,07	671

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) Valor mais elevado do conjunto formado pelos pisos únicos e pelos menores pisos salariais acordados para a atividade-fim nos documentos com mais de um piso salarial

Obs.: a) São apresentadas apenas as atividades econômicas com cinco ou mais unidades de negociação registradas no painel
b) No estudo, o setor Rural não é desagregado por atividade econômica. Por essa razão, ele não é apresentado nesta tabela
c) Nos totais por setor e total geral da tabela são considerados todos os pisos salariais correspondentes, o que inclui os pisos das atividades econômicas não apresentadas na Tabela

Pisos salariais segundo as regiões geográficas

Como já observado, os menores pisos salariais registrados em cada região geográfica tinham valor equivalente ao do salário mínimo oficial. Já o maior salário de ingresso foi observado em uma negociação da região Sudeste (R\$ 4.359,00). Nas demais regiões, o piso que mais se aproxima do observado nesta região pertence a um acordo da região Nordeste (R\$ 2.549,00), cerca de 42% inferior àquele.

Na análise da distribuição dos pisos salariais por decis, nota-se que entre o 1º decil (valor do piso que separa os 10% mais baixos da amostra) e a mediana (valor que separa 50% dos dados), a região Sul foi a que apresentou os maiores valores dos pisos salariais. A partir

do 6º decil, os pisos mais elevados foram observados na região Sudeste. Ambas as regiões são as que apresentam, no geral, os maiores pisos salariais do painel – o que é expresso também pelo valor médio dos pisos salariais. Por outro lado, a região Nordeste apresentou os menores valores em quase todos os decis (à exceção do primeiro e do décimo). Ou seja, na comparação entre as regiões geográficas, o Nordeste é a que apresenta os menores pisos salariais. Isso também se expressa no valor médio do piso salarial, o mais baixo do painel.

Quanto aos pisos salariais de acordos de abrangência nacional – que totalizam apenas cinco unidades de negociação do painel analisado – o mais elevado tinha o valor de R\$ 1.720,32; e o menor, R\$ 852,31. O valor médio foi de R\$ 1.290,82.

TABELA 10
Dados estatísticos sobre os pisos salariais, por região geográfica
Brasil, 2011

Piso salarial	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Maior⁽¹⁾	R\$ 1.604,38	R\$ 2.549,00	R\$ 1.620,00	R\$ 4.359,00	R\$ 1.710,00
9º decil	R\$ 785,14	R\$ 689,99	R\$ 933,00	R\$ 1.045,18	R\$ 833,27
8º decil	R\$ 707,10	R\$ 642,60	R\$ 730,00	R\$ 913,00	R\$ 766,48
7º decil	R\$ 670,55	R\$ 615,04	R\$ 689,28	R\$ 815,93	R\$ 743,60
6º decil	R\$ 651,64	R\$ 590,00	R\$ 661,49	R\$ 733,00	R\$ 715,00
Mediano	R\$ 637,90	R\$ 578,16	R\$ 627,00	R\$ 681,00	R\$ 692,00
4º decil	R\$ 598,72	R\$ 566,20	R\$ 604,00	R\$ 640,00	R\$ 674,28
3º decil	R\$ 578,40	R\$ 560,00	R\$ 579,12	R\$ 618,58	R\$ 650,00
2º decil	R\$ 567,00	R\$ 555,44	R\$ 563,05	R\$ 600,00	R\$ 624,96
1º decil	R\$ 550,91	R\$ 547,60	R\$ 552,80	R\$ 573,70	R\$ 600,00
Menor	R\$ 545,00	R\$ 540,00	R\$ 545,00	R\$ 545,00	R\$ 545,00
Médio	R\$ 667,84	R\$ 633,65	R\$ 697,54	R\$ 795,96	R\$ 726,75

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Notas: 1) Valor mais elevado do conjunto formado pelos pisos únicos e pelos menores pisos salariais acordados para a atividade-fim nos documentos com mais de um piso salarial

2) Pisos salariais definidos em acordos ou convenções coletivas com abrangência nacional ou inter-regional

Obs.: a) No painel analisado, 43 pisos salariais foram acordados por unidades de negociação da região Norte; 119, da região Nordeste; 43, da região Centro-Oeste; 286, da região Sudeste; 175, da região Sul

b) Devido ao baixo número de unidades de negociação com abrangência nacional (5), estas não foram consideradas na Tabela

Pisos salariais e formação escolar

Apenas 3% dos pisos salariais analisados referiam-se a funções com exigência de nível universitário. O valor mais elevado deste grupo foi de R\$ 4.359,00, e o menor, R\$ 607,74. Para os pisos definidos para funções sem exigência de nível universitário, o maior e o menor valor foram, respectivamente, R\$ 1.720,32 e R\$ 540,00.

Na média, os pisos salariais do primeiro grupo foram 1,6 superiores ao do segundo.

TABELA 11
Pisos salariais acordados para funções com e sem exigência de nível universitário
Brasil, 2011

Piso Salarial	Nível universitário (A)	Nível não universitário (B)	Razão A/B
Maior⁽¹⁾	R\$ 4.359,00	R\$ 1.720,32	2,53
3º quartil	R\$ 2.272,37	R\$ 754,60	3,01
Mediano	R\$ 1.603,53	R\$ 653,40	2,45
1º quartil	R\$ 994,59	R\$ 593,60	1,68
Menor	R\$ 607,74	R\$ 540,00	1,13
Médio	R\$ 1.839,80	R\$ 707,93	2,60

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) Valor mais elevado do conjunto formado pelos pisos únicos e pelos menores pisos salariais acordados para a atividade-fim nos documentos com mais de um piso salarial

Obs.: No painel analisado, 653 pisos salariais se referiam a funções sem exigência de nível universitário e 18 a funções que o exigiam

Salário Mínimo e Salário Mínimo Necessário

Em 2011, o Salário Mínimo Necessário⁶ calculado pelo DIEESE variou entre R\$ 2.194,18, registrado em fevereiro, e R\$ 2.349,26, registrado em novembro. Ao longo do ano, o valor médio do SMN foi de R\$ 2.272,45. Na média, o SMN foi 4,18 vezes superior ao salário mínimo oficial.

Apenas cinco pisos salariais analisados neste estudo tinham valor superior ao do SMN médio de 2011.

TABELA 12
Salário Mínimo e Salário Mínimo Necessário
Brasil, 2011

Data-Base	Salário Mínimo	Salário Mínimo Necessário	
		Em R\$	Em SM
Janeiro	R\$ 540,00	R\$ 2.194,76	4,06
Fevereiro	R\$ 540,00	R\$ 2.194,18	4,06
Março	R\$ 545,00	R\$ 2.247,94	4,12
Abril	R\$ 545,00	R\$ 2.255,84	4,14
Mai	R\$ 545,00	R\$ 2.293,31	4,21
Junho	R\$ 545,00	R\$ 2.297,51	4,22
Julho	R\$ 545,00	R\$ 2.212,66	4,06
Agosto	R\$ 545,00	R\$ 2.278,77	4,18
Setembro	R\$ 545,00	R\$ 2.285,83	4,19
Outubro	R\$ 545,00	R\$ 2.329,94	4,28
Novembro	R\$ 545,00	R\$ 2.349,26	4,31
Dezembro	R\$ 545,00	R\$ 2.329,35	4,27
Média anual	R\$ 544,17	R\$ 2.272,45	4,18

Fonte: DIEESE

⁶ O Salário Mínimo Necessário é o valor necessário, estimado mensalmente pelo DIEESE, para cobrir as despesas básicas de um trabalhador previstas na Constituição Federal, art. 7º, inciso IV.

Considerações finais

Neste estudo, foram analisados alguns aspectos das negociações dos pisos salariais em 2011. Entre eles, podem ser destacados os seguintes pontos:

1. Alto percentual de unidades de negociação com aumentos reais nos pisos (92%). Perdas foram constatadas em apenas 7% dos pisos considerados. Esse desempenho é semelhante ao observado nos balanços dos pisos salariais de 2010, embora com uma proporção menor de aumentos reais e de reajustes iguais à variação do INPC-IBGE e, conseqüentemente, maior de reajustes abaixo da variação do mesmo índice.
2. Valor significativo do aumento real: na média 3% acima do INPC-IBGE, sendo que metade dos pisos teve aumento real de até 2,3%.
3. Há que se considerar que em 2011 não houve aumento real do salário mínimo. Portanto, os aumentos reais não podem ser atribuídos à elevação do valor do salário mínimo. Ele é fruto exclusivamente das negociações das categorias analisadas.
4. Sobre os valores nominais dos pisos, um quarto tinha valor de até R\$ 597,25 e metade, de até R\$ 659,00, Estes valores são entre 10% e 20% superiores ao valor do salário mínimo vigente quando foram definidos. Ademais, como observado no estudo, em todos os setores econômicos e regiões geográficas foram encontrados pisos salariais em valores iguais ao do Salário Mínimo Oficial vigente – pisos salariais, portanto, sem eficácia prática.
5. Se estes elementos forem somados ao fato constatado de que pouquíssimos pisos se igualam ou superam o valor do Salário Mínimo Necessário médio de 2011, verifica-se que os pisos salariais permanecem baixos – ainda que seja positivo o registro dos aumentos reais já analisados.
6. Em geral, os pisos salariais pagos na Indústria são maiores do que os dos demais setores econômicos, embora nos Serviços sejam observados os maiores pisos salariais do painel.
7. Em termos regionais, as regiões Sul e Sudeste são as que possuem os maiores pisos salariais do estudo; e a região Nordeste, o menor.

Anexos

No presente estudo foram analisados 671 pisos salariais registrados em instrumentos normativos de diversas categorias profissionais brasileiras. Cerca de 89% dos pisos salariais foram estabelecidos em convenções coletivas de trabalho e 11% em acordos coletivos (Tabela 1).

TABELA 1
Distribuição dos pisos salariais analisados, por tipo de instrumento normativo
Brasil, 2011

Tipo de instrumento	nº	%
Acordo Coletivo	73	10,9
Convenção Coletiva	598	89,1
Total	671	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários
Obs.: Acordo coletivo é o nome dado ao contrato coletivo de trabalho assinado por entidades sindicais dos trabalhadores e empresas. Convenção coletiva é o nome dado ao contrato coletivo assinado por entidades sindicais de trabalhadores e de empresas

Em 2011, cerca de 24% dos pisos salariais analisados referiam-se a negociações com data-base em maio, como pode ser observado na Tabela 2.

TABELA 2
Distribuição dos pisos salariais analisados, por data-base
Brasil, 2011

Data-base	nº	%
Janeiro	75	11,2
Fevereiro	25	3,7
Março	77	11,5
Abril	52	7,8
Maio	160	23,8
Junho	45	6,7
Julho	30	4,5
Agosto	24	3,6
Setembro	62	9,2
Outubro	48	7,2
Novembro	63	9,4
Dezembro	10	1,5
Total	671	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Cerca de metade dos pisos analisados pertencem a unidades de negociação do setor industrial, 28% aos serviços, 17% ao comércio e quase 4% ao setor rural. As atividades econômicas na indústria com maior número de pisos analisados foram construção e

mobiliário, metalurgia e alimentos; nos setor de serviços, os maiores números foram registrados em: turismo e hospitalidade, transportes e comunicações; e no comércio: comércio varejista e atacadista (Tabela 3).

TABELA 3
Distribuição dos pisos salariais analisados, por setor e atividade econômica
Brasil, 2011

Setor / Atividade Econômica	nº	%
Indústria	339	50,5
Alimentação	54	8,0
Artefatos de Borracha	4	0,6
Artefatos de Couro	1	0,1
Construção e Mobiliário	79	11,8
Extrativista	9	1,3
Gráfica	14	2,1
Instrumentos Musicais e Brinquedos	1	0,1
Joalheria	1	0,1
Metalúrgica	70	10,4
Papel, Papelão e Cortiça	12	1,8
Química e Farmacêutica	22	3,3
Fiação e Tecelagem	19	2,8
Urbana	18	2,7
Vestuário	33	4,9
Vidros	2	0,3
Comércio	116	17,3
Varejista e Atacadista	93	13,9
Minérios e Deriv. de Petróleo	19	2,8
Propag. e Vend. Prod. Farmacêuticos	4	0,6
Serviços	190	28,3
Agentes Autônomos do Comércio	8	1,2
Bancos e Seguros Privados	9	1,3
Comunicações, Publ. e Jornal.	32	4,8
Difusão Cultural	6	0,9
Educação	12	1,8
Processamento de Dados	7	1,0
Profissionais Liberais	1	0,1
Segurança e Vigilância	14	2,1
Serviços de Saúde	18	2,7
Transportes	32	4,8
Turismo e Hospitalidade	51	7,6
Rural	26	3,9
Total	671	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Quanto à distribuição geográfica dos pisos salariais analisados, a maior participação é a da região Sudeste, com cerca de 43% do total. Os estados com maior número de registros de

pisos salariais foram: São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina (Tabela 4).

TABELA 4
Distribuição dos pisos salariais analisados, por
região geográfica e unidade da federação
Brasil, 2011

Região / Unidade da Federação	nº	%
Norte	43	6,4
Amazonas	17	2,5
Pará	19	2,8
Rondônia	6	0,9
Roraima	1	0,1
Nordeste	119	17,7
Alagoas	3	0,4
Bahia	38	5,7
Ceará	20	3,0
Paraíba	10	1,5
Pernambuco	20	3,0
Piauí	3	0,4
Rio Grande do Norte	16	2,4
Sergipe	9	1,3
Centro-Oeste	43	6,4
Distrito Federal	13	1,9
Goiás	20	3,0
Mato Grosso	4	0,6
Mato Grosso do Sul	6	0,9
Sudeste	286	42,6
Espírito Santo	10	1,5
Minas Gerais	68	10,1
Rio de Janeiro	60	8,9
São Paulo	148	22,1
Sul	175	26,1
Paraná	56	8,3
Rio Grande do Sul	72	10,7
Santa Catarina	47	7,0
Nacional⁽¹⁾	5	0,7
Total	671	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) Pisos salariais definidos em acordos ou convenções coletivas com abrangência nacional ou inter-regional

Notas Metodológicas

1. As informações analisadas neste estudo foram extraídas de acordos e convenções coletivas de trabalho registradas no SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários. Os documentos foram remetidos a este Departamento pelas entidades sindicais envolvidas nas negociações coletivas estudadas e pelos escritórios regionais e subseções do próprio DIEESE.
2. Cada registro do painel corresponde a uma única unidade de negociação. Por unidade de negociação, leva-se em consideração cada núcleo de negociação coletiva entre representantes de trabalhadores e empresários e que resulta em um documento formalizado entre as partes.
3. Nos estudos realizados entre 2004 e 2008 foram considerados os pisos salariais referentes a um conjunto de unidades de negociação que em cada ano formava um painel diferente. A partir de 2009, o SAS-DIEESE passou a analisar informações dos pisos salariais de negociações pertencentes a um painel fixo, tendo por base as unidades de negociação analisadas em 2008. No momento, este painel conta com 847 unidades de negociação dos setores da indústria, comércio, serviços e rural.
4. As diferenças nos números de negociações analisadas nos últimos três anos decorrem principalmente da ausência de informação sobre o resultado de algumas negociações pertencentes ao painel fixo de categorias quando da elaboração do estudo. Também decorre do fato de que algumas categorias não definem pisos salariais em seus acordos e convenções coletivas.
5. Na maioria das unidades de negociação que compõem o painel analisado foram fixados dois ou mais valores para os pisos salariais. Nestes casos, foram considerados para a análise somente o menor valor estabelecido para trabalhadores que desempenham a atividade-fim da empresa ou atividade econômica. Excluem-se da análise, portanto, os valores fixados para as atividades-meio, como os demais valores fixados para a atividade-fim.
6. Para a conversão do valor do piso salarial em múltiplos de salário mínimo considerou-se o valor do salário mínimo vigente na data-base da categoria.
7. O painel de informações utilizado não permite extrapolações para além do conjunto exposto neste trabalho, dado que não se trata de amostra estatística. Assim, os valores aqui indicados têm valor indicativo e buscam captar tendências das negociações dos pisos salariais no país.
8. O foco único das análises aqui desenvolvidas é a negociação para definição de pisos salariais. Não faz parte das pretensões deste trabalho, portanto, a abordagem dos efeitos de vantagens compensatórias acordadas sob a forma de remuneração indireta ou variável.
9. Foram excluídos dessa análise os contratos assinados por entidades representativas de funcionários públicos. Isto se deve às peculiaridades da dinâmica e dos resultados das negociações relacionadas a essas categorias, que contrastam com as características das negociações desenvolvidas nos demais setores econômicos.

Rua Aurora, 957 - 1º andar - Centro
01209-001 - São Paulo - SP
PABX: (011) 3821-2199
Fax: (011) 3821-2179

Direção Executiva

Presidente: Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Vice-presidente: Josinaldo José de Barros

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Secretário: Pedro Celso Rosa

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Alberto Soares da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Diretora Executiva: Ana Tércia Sanches

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Antônio de Sousa

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: José Carlos Souza

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Diretor Executivo: João Vicente Silva Cayres

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Luis Carlos de Oliveira

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – diretor técnico

Ademir Figueiredo – coordenador de estudos e desenvolvimento

José Silvestre Prado de Oliveira – coordenador de relações sindicais

Nelson de Chueri Karam – coordenador de educação

Rosana de Freitas – coordenadora administrativa e financeira

Equipe Técnica Responsável

Luís Augusto Ribeiro da Costa

Paulo Alexandre de Moraes

Equipe de Crítica e Revisão Técnica

Daniel Ribeiro

José Silvestre Prado de Oliveira

Paulo Jager

Paulo Roberto Arantes do Valle

Regina Camargos

Rodrigo Linhares

Iara Heger (Revisão de texto)